

**ALIMENTAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR
BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE FOME E LUCRO**

NUNES, Karolina Dadú¹

PAULA, Helga Maria Martins de²

RESUMO: O Direito à Alimentação para sua eficácia necessita da ação positiva do Estado através de algumas políticas sociais, o presente artigo busca mapear as principais políticas vigentes no Brasil acerca desse assunto e como estão funcionando na atualidade além de relacioná-las com o fomento da Agricultura Familiar que historicamente vem produzindo os alimentos consumidos pela população, sendo esses, dois setores que se interligam e guardam relação com o acesso a alimentação adequada e de qualidade de todo o país, entretanto eles sofrem variações conforme as políticas econômicas do país são alteradas e essas se modificaram nos últimos anos. Para realizar esse estudo alguns aspectos do Agronegócio também precisam ser observados pois todos formam em conjunto o cenário do campo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Alimentação, Dignidade Humana, Políticas Sociais, Agricultura Familiar.

ABSTRACT: *The Right to Food for its effectiveness needs the positive action of the State through some social policies, this article seeks to map the main policies in force in Brazil on this subject and how they are working today in addition to relating them to the promotion of Family Farming that historically has been producing the food consumed by the population, being these two sectors that are interconnected and are related to access to adequate and quality food throughout the country, however they suffer variations as the country's economic policies are changed and these have changed in recent years. In order to carry out this study, some aspects of Agribusiness also need to be observed, as they all form together the scenario of the Brazilian countryside.*

KEYWORDS: *Right to Food, Human Dignity, Social Policies, Family Farming.*

INTRODUÇÃO

Apesar de grande produtor rural o Brasil é um país que convive com a fome há muito tempo, nesse estudo procuraremos verificar como o direito à

¹ Universidade Federal de Goiás - UFG

² Orientadora. Professora efetiva de Direito Público na Universidade Federal de Goiás, Jataí (UFG/Jataí). Doutora em Direito, área "Direito, Estado e Constituição" pela Universidade de Brasília-UnB (2014-2018). Coordenadora do Curso de Direito da UFG/Jataí no período de 2012 a 2014. Foi Coordenadora de estágio e do Núcleo de Prática Jurídica no período de 2010 a 2012. Coordenadora do projeto de extensão/coletivo Promotoras Legais Populares Libertárias/Jataí. Universidade Federal de Goiás - UFG

ALIMENTAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE FOME E LUCRO

NUNES, Karolina Dadú; PAULA, Helga Maria Martins de

alimentação permanece inacessível a uma parte da população apesar da capacidade produtora do país, as políticas adotadas pelo Estado tanto para fomentar a produção agrícola voltada para a alimentação de consumo interno, assim como as adotadas para o funcionamento econômico do país guardam relação direta com o tema e promovem uma visão mais ampla de como funciona o campo brasileiro e como esse funcionamento afeta a alimentação, com uma nova onda neoliberal e depois de um período em que a reprimarização do campo ocorreu os números da insegurança alimentar voltam a ter destaque para a população agravados pela pandemia de COVID-19.

OBJETIVOS:

Usaremos uma estratégia de análise que pretende desnudar como as variações nas políticas afetam a alimentação dos brasileiros e como a garantia desse direito à alimentação nem sempre é o objetivo por trás das políticas sociais do Estado. A fome é produtora de lucro para uma parcela social e a mediação do Estado se faz necessária nesse âmbito, entretanto com os novos caminhos traçados a partir de uma visão neoliberal da economia ocorre um desmantelamento das políticas existentes para esse fim e os números da fome e da insegurança alimentar seguem crescendo. Vale ressaltar, entretanto que depois da pandemia esse cenário se agravou pelas dificuldades do distanciamento social, procurar uma saída para esse cenário é urgente para toda a sociedade brasileira, aqui esperamos apresentar novos caminhos a partir das análises sobre o que já foi feito e o quanto essas medidas foram ou não efetivas.

É com foco na relação entre as políticas neoliberais implementadas, o desmantelamento das políticas sociais para o mercado interno de alimentos e o aumento nos números da insegurança alimentar que procuraremos analisar e verificar a efetividade ou inefetividade do Estado brasileiro em garantir o Direito humano à alimentação adequada a sua população.

METODOLOGIA:

Traçaremos nesse artigo uma análise bibliográfica dos principais temas abordados a qual diversos autores já fizeram valiosas contribuições como a fome,

ALIMENTAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE FOME E LUCRO

NUNES, Karolina Dadú; PAULA, Helga Maria Martins de

o direito à alimentação adequada e a forma do neoliberalismo, para além do uso dessa técnica para traçar e delimitar os conceitos teóricos será realizado uma investigação dos programas políticos sociais criados e vigentes desde o ano 2000 até o presente para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, para o fomento a produção de alimentos para o consumo interno e para a garantia de preço e de estoque desses bens.

Também haverá busca sobre as políticas econômicas no mesmo período e sua relação com o cenário de produção do campo brasileiro, em conjunto serão realizadas as pesquisas acerca dos números da fome e da insegurança alimentar do país no mesmo recorte temporal. Essas pesquisas irão ocorrer na rede mundial de computadores e se concentraram em dados oficiais fornecidos pelo próprio Estado e por membros da sociedade civil como Organizações Não Governamentais (ONG's) e veículos de imprensa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Com a chegada de um novo século o Brasil entrou em um período de crescimento econômico, principalmente atrelado as políticas desenvolvidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que também ficaram reconhecidos pelas melhorias sociais realizadas em prol da população mais carente do país, entretanto essas conquistas devem ser analisadas com cautela, é nesse período que a chamada reprimarização do campo ocorre e que a dependência do país para manter uma balança comercial favorável intensifica a dependência com relação a exportação de *commodities*.

O campo brasileiro é um espaço heterogêneo e de disputa onde o bloco do Agronegócio, que tampouco é homogêneo, e a Agricultura Familiar disputam não apenas espaço, mas também financiamento e apoio para o desenvolvimento de suas atividades. O Agronegócio se volta principalmente à produção das chamadas *commodities* (soja, milho, cana, algodão entre outras) que apesar do alto valor econômico não representam necessariamente comida para a população interna, nesse cenário a Agricultura Familiar ou de pequenos produtores se ocupa desse mercado, entretanto ele não é tão rentável quanto as *commodities* e as dificuldades de produção são diferentes, faltando muitas vezes

ALIMENTAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE FOME E LUCRO

NUNES, Karolina Dadú; PAULA, Helga Maria Martins de

o apoio financeiro para o investimento no setor e depois para a venda desses alimentos garantirem um retorno financeiro ao produtor.

Essas dificuldades para garantir a produção e para efetivar um retorno financeiro que mantenha essas famílias no campo exigem uma atuação estatal haja vista que é esse setor que produz a alimentação para a população rural e urbana, e alguns programas foram criados para permitir crédito a esses produtores, dois importantes programas para a compra da produção e sua distribuição para a população o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), entretanto como veremos os dois programas sofreram recentemente duras diminuições orçamentárias e se encontram praticamente desestruturados.

Aliado a essa situação na produção de alimentos o Brasil experimentou desde meados da década de 2010 uma onda neoliberal que chegou ao governo do país, e que passou desde então a revisar suas políticas e orienta-las nesse sentido, essa nova crença na capacidade de se auto regular do mercado gerou os desmontes já mencionados de políticas da alimentação, e recebeu apoio do setor do Agronegócio que por suas condições de competitividade no mercado externo se aproveitou das vantagens econômicas para se fortificar e que aumenta seus lucros sobre a terra as custas de tornar ainda mais difícil a produção familiar no país.

A CONAB (Companhia Brasileira de Abastecimento) concentra as atividades de outras três empresas públicas que se extinguem com a sua criação em 1990, sendo a primeira a Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenamento), depois a Cobal (Companhia Nacional de Alimentos); e, por fim a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), sob a sua administração temos vários programas de fomento à Agricultura Familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os Estoques nacionais e um programa de doação de alimentos, passaremos a analisar alguns dados da instituição sobre seus programas.

O Programa de Aquisição de Alimentos em 2016 contava com o valor de R\$197.576.718 investidos segundos os dados da própria CONAB, um valor que já era consideravelmente menor que os alcançados nos anos anteriores de 2014

ALIMENTAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE FOME E LUCRO

NUNES, Karolina Dadú; PAULA, Helga Maria Martins de

e 2015, sendo eles respectivamente R\$338.004.942 e R\$287.515.216, entretanto os novos dados revelados em 2019 também pela CONAB demonstram números muito mais baixos, sendo o total de investimentos no período de apenas R\$41.380.857, desse valor apenas R\$4.329.728 foram destinados a formação de estoques, o que influenciou no aumento dos preços dos gêneros alimentícios para os consumidores nos mercados pelo Brasil. Os valores atuais estarem muito abaixo do praticado desnuda que produtores deixaram de ser assistidos pelo programa, mas não apenas isso, os destinatários da Compra com Doação Simultânea (CDS), ou dos programas vinculados a CONAB também se reduzem, em termos mais diretos são mais pessoas com dificuldades para produzir e para acessar alimentos baratos e de qualidade.

Essas reduções implicam diretamente sobre a eficácia do Direito à Alimentação da população brasileira, e os índices de insegurança alimentar aumentaram, a segurança alimentar de uma população se caracteriza pela sua capacidade de acessar alimentos baratos e de qualidade constantemente, quando isso não ocorre o índice classifica essa insegurança em insegurança alimentar grave, moderada e leve. Segundo os estudos da VisiSAN no Brasil no ano de 2020 34,7% da população estava em insegurança alimentar leve, 11,5% em insegurança moderada e 9% em insegurança alimentar grave, na zona rural o número de pessoas em insegurança grave chegou a 12%, esse número da insegurança alimentar rural é causado principalmente pela dificuldade em produzir e ter renda entre as safras de produção do gênero escolhido.

Ainda segundo os dados da VisiSAN 19 milhões de pessoas passaram fome no Brasil em 2020 e isso reflete apenas o número da insegurança grave, ou seja, a falta de alimentação adequada para os moradores dos domicílios. Ainda pelos dados do estudo dos 44,8% dos domicílios que apontaram estar em situação de segurança alimentar, 9% declararam que nos três meses anteriores a entrevista houve experiências de fome. Vale ressaltar aqui que foi conduzido o estudo dos números da segurança e insegurança alimentar pela situação de trabalho, os 14,3% de insegurança alimentar grave presente entre os agricultores familiares/produtores rurais só não foi maior que os 15,7% de

ALIMENTAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR

BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE FOME E LUCRO

NUNES, Karolina Dadú; PAULA, Helga Maria Martins de

insegurança grave alcançados por aqueles que possuem vínculo de trabalho informal.

CONCLUSÃO:

Embasados nos dados e nas reflexões trazidas até aqui é possível verificar que as políticas ligadas a Agricultura Familiar foram severamente reduzidas e essas reduções se deram também em outros importantes programas ligados ao mercado interno de alimentos do Brasil como a formação de estoques nacionais, essas mudanças iniciaram-se antes da pandemia de Covid-19 mas tiveram seus efeitos acelerados por ela, e já no ano de 2020 é possível apontar um crescimento no número de pessoas efetivamente em situação de fome ou que entraram para as fileiras da insegurança alimentar.

Soma-se a esse cenário a redução severa dos estoques nacionais, importantes para as políticas de controle de preço dos alimentos pelo Estado que junto com as reduções que afetaram a CONAB, praticamente deixaram de existir, podendo, portanto, atrelar sua redução como um dos fatores que estimularam a alta dos preços de gêneros alimentícios e que vem dificultando ainda mais o acesso á alimentação adequada. Diante de tantas dificuldades é possível afirmar que o Direito Humano à Alimentação não anda sendo efetivo para uma parcela da população, mas mais que isso, o Estado não adotou todas as medidas que poderia para efetivar esse direito e chegou a reduzir medidas eficazes nesse sentido sem substituí-las por nenhuma outra.

Não há como ignorar essas relações entre os mercados e o funcionamento das políticas sociais, buscamos encontrar qual a relação e como percorrer novos caminhos para assegurar alimentação de qualidade, outros dados e outras políticas serão verificadas para atingir esse fim como o PNAE e os números da produção de *commodities* afim de relacionar com as movimentações do mercado, outros dados deixaram de ser recolhidos pelos órgãos responsáveis o que também traz pistas sobre o cenário, o que precisamos é novas estratégias de funcionamento para a alimentação brasileira e a forma de assegurá-la a todos.

**ALIMENTAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR
BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE FOME E LUCRO**

NUNES, Karolina Dadú; PAULA, Helga Maria Martins de

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Goiás e ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário pelo ambiente de pesquisa construído, a minha orientadora Professora Helga Maria Martins de Paula e os Professores Maria Goretti Dal Bosco e Rabah Belaidi pelo encorajamento e ensinamentos, a FAPEG pela bolsa e o incentivo a pesquisa.

REFERÊNCIAS:

BELIK, Walter. **Agroindústria e Política Agroindustrial no Brasil**. In: Pedro Ramo et all. Dimensões do Agronegócio Brasileiro: política, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

_____. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. In: Revista Saúde e Sociedade. V.12, n.1, Jan-Jun 2003.

BERCOVICI, Gilberto. **A ordem econômica constitucional e a política agrícola**. In: Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico. Ano 6. N. 10. Belo Horizonte: set. 2017, fev. 2018.

Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Agricultura Familiar**, v.1, n. 3 (2021) Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/BoletimZdaZAgriculturaZFamiliarZ-ZNovembroZ2021.pdf> > acesso em 10 de Dez. de 2021.

Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos PAA: resultado das ações da Conab 2016**, Compendio de Estudos Conab/ Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1 (2016-). Brasília: Conab, 2016, Disponível em: < file:///C:/Users/user/Downloads/Compendio-V27-PAAZ2020_2.pdf > acesso em 09 de Dez. de 2021.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos PAA: resultado das ações da Conab 2019**. Compendio de Estudos Conab/ Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1 (2016-). Brasília: Conab, 2016, Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/Compendio de Estudos da Conab V.9 - Resultados do PAA - 2016 1.pdf> > acesso em 09 de Dez. de 2021.

POMPEIA, Caio. **A Reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares**. In: Revista Antropolítica. N.53, Niterói, set-dez, 2021.

Rede PENSSAN. **VIGISAN Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> acesso em dezembro de 2021.

Submetido em: 26.12.2021

Aceito em: 03.05.2022